

IMPLICAÇÕES DO PRECONCEITO E VIOLÊNCIA CONTRA POPULAÇÃO LGBT: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Tamires Alves Dias¹, Stéffane Costa Mendes², Samara Méscia Mendes da Silva³,
Maiara Bezerra Dantas⁴, Samara Calixto Gomes⁵

RESUMO

INTRODUÇÃO: A população LGBT mantém-se à sombra de julgamentos e imposições moralistas e religiosas, limitadas à patologia ou pecado. A homofobia pode propiciar danos a integridade física da vítima e violência psicológica. **OBJETIVO:** Nesse sentido, buscamos compreender e caracterizar o preconceito e danos sofridos pela população LGBT, bem como discutir os índices de mortalidade oriundas da violência. **MÉTODO:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com busca eletrônica na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), realizada no período de outubro de 2018. Foram utilizados o cruzamento dos seguintes descritores em saúde (Decs): Violência, População LGBT e Homofobia. **RESULTADOS:** A homofobia configura-se como um problema de saúde e segurança pública, onde o direito de ir e vir é subtraído através do medo e apreensão pelo desconhecido. **CONCLUSÃO:** Diante dos variados danos causados pelo preconceito e violência, e dos índices elevados de óbitos percebe-se que há ainda na sociedade atual um demasiado retrocesso quanto à igualdade de gênero e o respeito a diversidade sexual. **Palavras-Chave:** Violência. População LGBT. Homofobia

1. Introdução

O Brasil vivencia atualmente um antagonismo entre uma sociedade tradicionalista, que defende conceitos arcaicos, e uma progressista, que apoia a luta pelos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT). A busca pela desconstrução dos preceitos sexuais é marcada por uma série de padrões, onde a heterossexualidade é modelo ideal para os desejos e princípios, assumindo-se como “referência”. Desse modo, qualquer indivíduo que fuja dessa regra binária, passa a ser julgado com repulsão (POPADIUK, 2017).

Assim, a homossexualidade mantém-se à sombra desses julgamentos e imposições moralistas e religiosas, limitadas à patologia ou pecado, provocando vários questionamentos e discussões acaloradas a respeito da temática. Em consequência, expõe esse grupo de forma vulnerável aos diversos tipos de violência, refletindo em elevados números de atitudes letais contra a população LGBT (BRASIL, 2012).

¹ Universidade Regional do Cariri (URCA-UDI). E-mail: alvestamires98@gmail.com

² Universidade Regional do Cariri (URCA-UDI). E-mail: steffaneecostam@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri (URCA-UDI). E-mail: samara1158@hotmail.com

⁴ Universidade Regional do Cariri (URCA-UDI). E-mail: maiara-dantas13@hotmail.com

⁵ Universidade Regional do Cariri (URCA-UDI). E-mail: samaracalixto@hotmail.com

A incidência desses eventos baseados na discriminação por orientação sexual ou gênero assumem um linear crescente. Os casos desenrolam-se em diversos âmbitos de convívio social, dentre eles: no universo familiar, nas escolas, nos ambientes de trabalho, na justiça, na polícia e em diversas esferas do poder público (A homofobia pode propiciar danos a integridade física da vítima, impondo-se a atentados contra a vida. A violência psicológica, configurasse-se por danos à individualidade, à autoestima, à socialização ou moral, através de ações que aterrorizem, menosprezem, rejeitem, ridicularizem, ou isolem outro indivíduo. (FAZZANO; GALLO, 2015).

Considera-se que há carência de estudos sobre a homofobia, o que potencializa os danos causados pelo preconceito. Diante dessa premissa, expõe-se a grande relevância do assunto, uma vez que há a necessidade de estudos que comprovem esse problema de saúde pública tão mascarado pela sociedade.

2. Objetivo

Compreender e caracterizar o preconceito e danos sofridos pela população LGBT, bem como discutir os índices de mortalidade oriundas da violência.

3. Metodologia

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com busca eletrônica na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), realizada no período de outubro de 2018; foram utilizados o cruzamento dos seguintes descritores em saúde (Decs): Violência, População LGBT e Homofobia, por meio do operador booleano AND, seguido da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, resultando em 08 artigos. A pesquisa também foi realizada em cima dos Relatórios de Violência Homofóbica no Brasil dos anos de 2012 e 2013, do Poder Público Federal, totalizando em 10 literaturas, para uma análise minuciosa e referida elaboração do estudo.

Na BVS foram enredados: artigos disponíveis completos, pesquisa com o presente assunto principal: Violência contra comunidade LGBT e Homofobia, Idioma português e Últimos 5 anos de publicação. Critérios de exclusão também foram aplicados: publicações que não contribuíssem com a formulação do trabalho, documentos pagos ou repetidos; bases de dados internacionais e especializadas ou textos com línguas estrangeiras.

A definição do tema do artigo se deu através da escolha da questão norteadora: Como a sociedade encara a população LGBT, e como homofobia pode afetar a vida desse grupo. Visto que, os índices de mortalidade associado a homofobia crescem significativamente nas últimas décadas, tornando essas pessoas cada vez mais vulneráveis aos tipos de violência, seja ela física ou psicológica.

4. Resultados

A homofobia configura-se como um problema de saúde e segurança pública, onde o direito de ir e vir é subtraído através do medo e apreensão pelo desconhecido. Regulando de que forma estes devem transitar ou onde devem ir, além de determinar e modelar seus comportamentos; deixando cicatrizes que por vezes, perpassam a violência psicológica, gerando também danos físicos (CASSAL, 2013).

Em 2012, foram apresentados pela primeira vez no Brasil, informações oficiais sobre as violações LGBTs, reportadas ao Poder Público Federal através do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil. Esses dados apontaram que o número desses homicídios aumentou 11,51% de 2011 para 2012, possibilitando a visibilidade e quantificação dos casos. (SOUZA et al., 2015; BRASIL, 2012).

Um obstáculo é a intensificação da violência por órgãos que deveriam abrandá-la e erradicá-la, como as delegacias. Nas delegacias, constata-se que a falta de denúncia é um fator presente, uma vez que ao efetuarem as denúncias esse público é tido como agressor, o que acarreta uma nova violação, caracterizada como violência institucional (SOUZA et al., 2015).

Entre os anos de 2011 a 2013 foram registradas 5885 denúncias, segundo o Disque Direitos Humanos havendo um decréscimo no último ano, podendo estar associado a subnotificação bem como a falta de manejo de campanhas, de propagação associado ainda ao desconhecimento de muitos desse meio de denúncia, sendo estes fatores que predisõem a redução de tais índices (BRASIL, 2016).

Pode-se verificar que violências psicológicas foram as mais reportadas, com 40,1% do total, seguidas de discriminação, com 36,4%; e violências físicas, com 14,4%. Também há significativo percentual de negligências (3,6%). Outros tipos de violação correspondem a 5,5% (BRASIL, 2016).

Souza *et al.* (2015), mostra a violência intrafamiliar, bem como sua extensão aos âmbitos escolar, de saúde e segurança. Assim, as agressões se iniciam no contexto familiar e segue em outros âmbitos, culminando no abandono desses espaços e os predispondo as dificuldades trabalhistas do meio social e falta de oportunidades.

Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017), trazem que o meio familiar é considerado um fator de proteção para o psicológico de cada indivíduo, no entanto a exigência de uma postura heteronormativa e compatível ao núcleo familiar, foge à questão de proteção e passa a dispor de mecanismos violentos para punir aqueles cuja orientação sexual não é conciliável com o modelo hegemônico de família “tradicional”.

É sabido a existência de políticas de governo que priorizam ora sim, ora não as questões de proteção social ao público LGBT's, tornando-as fragmentadas e descontínuas, ao invés de garantir políticas de Estado. Além disso, há uma discrepância entre os custos e subsídios utilizados para realização dos mesmos, tornando difíceis e inviáveis as ações previstas (IRINEU, 2011; HORST, 2016).

Apesar da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (2006), que garante o acesso e acolhimento no Sistema Único de Saúde, esse ambiente também apresenta discriminação, julgamento moral e distanciamento profissional, exibidos pelos gestos, olhares e falas; o que acaba resultando na resistência na busca por esses serviços, justificando-se como estratégia de proteção contra a violência social, gerando barreiras na atenção à saúde.

São inúmeros os desafios enfrentados na assistência pública a saúde dessas pessoas, configurando-se em: desconhecimento dos profissionais de saúde sobre os problemas que afetam esse grupo, a falta de resolutividade, a identificação pelo nome social no momento do atendimento, entre outros. Como consequência, quem sai prejudicado é a população LGBTs que preferem não procurar os sistemas de saúde, por não serem tratados em sua integralidade e acabarem sendo violentados ainda mais (FAZZANO; GALLO, 2015).

5. Conclusão

Deste modo, torna-se necessário infundir na sociedade a cultura de paz e respeito, repudiando atos exclusivos e violentos a população LGBTTT, e efetivando medidas punitivas quando houver a violação desses direitos. Sendo crucial o englobamento de ações e medidas que estimulem uma maior reflexão das pessoas quanto a diversidade sexual e aceitação. Intensificando-se assim, os índices de notificação e denúncias.

A implementação e validação das políticas públicas de saúde são meios cruciais para que se possa promover a luta por direitos e suas expressões na sociedade; buscando a sensibilização, respeito e humanização da sociedade, independente de tradições, valores e crenças pré-estabelecidas.

Diante dos variados danos causados pelo preconceito e violência, e dos índices elevados de óbitos percebe-se que há ainda na sociedade atual um demasiado retrocesso quanto à igualdade de gênero e o respeito a diversidade sexual, notando-se os efeitos letais da violência e a ambiguidade dos fatores que a influenciam. Em função disso, sugere-se o estímulo ao desenvolvimento de estudos voltados à temática, visando a garantia dos direitos à saúde e vida da população LGBT.

6. Referências

_____. BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

_____. BRASIL. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016.

CASSAL, L. C. B. Homofobia e cidade: um ensaio sobre lâmpadas, segurança e medo. **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 3, p. 24, 2013.

FERNANDES, F. B. M. Assassinatos de travestis e “pais de santo” no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 485-492, 2013.

FAZZANO, L. H.; GALLO, A. E. Uma Análise da Homofobia Sob a Perspectiva da Análise do Comportamento. **Temas em Psicologia**, v.23, n.3, 535-545, 2015.

HORST, C. H. M. Avaliando o Programa Brasil sem homofobia. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2016.

IRINEU, B. A. 10 anos do programa brasil sem homofobia: notas críticas. **Temporalis**, v.14, n. 28, p. 193-220, 2014.

PERUCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v.19, n.1, 2014.

POPADIUK, G. S.; et al. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT e o acesso ao SUS: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n.5, 1509-1520, 2017.

SOUZA, M.; et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.31, n.4, 2015.